

NOS ÚLTIMOS 3 ANOS REGISTRARAM-SE ALTERAÇÕES QUALITATIVAS NO EMPREGO QUE AFECTARAM AINDA MAIS A SUA ESTABILIDADE E QUALIDADE, E 588.900 PORTUGUESES ESTÃO NO DESEMPREGO**RESUMO DESTE ESTUDO**

De acordo com as Estatísticas do Emprego do 2º Trimestre de 2007, que acabaram de ser divulgadas pelo INE, para além do crescimento persistente do desemprego em Portugal, registaram-se durante os três anos de governo Sócrates alterações importantes na estrutura do emprego, que se acentuaram no último ano (2T2006/2T2007), com efeitos negativos quer na estabilidade quer na qualidade do emprego, que não têm sido nem estudadas nem divulgadas pelos media e que, por isso, têm passado em grande parte despercebidas à opinião pública

Assim, a 1ª alteração importante é a substituição de emprego a tempo inteiro por emprego a tempo parcial com remuneração naturalmente reduzida. De acordo com os últimos dados divulgados pelo INE, entre o 2º Trimestre de 2006 e o 2º Trimestre de 2007, o emprego a tempo completo diminuiu em 67.100 e o emprego a tempo parcial cresceu em 28.700. Esta evolução determinou que a redução no emprego em 2006/07 tenha sido de facto maior do que os dados revelam, pois um emprego a tempo parcial não corresponde a um emprego a tempo completo (em média são necessários dois empregos a tempo parcial para se obter a mesma remuneração de um emprego a tempo completo), embora para as estatísticas publicadas pelo INE sejam iguais. Por isso, os 618.100 empregos a tempo parcial existentes no 2º Trimestre de 2007, embora em termos estatísticos correspondam a igual numero de empregos a tempo completo, de facto isso não é verdadeiro, pois quanto muito são equivalentes a metade em empregos a tempo completo. O Secretário de Estado do Emprego quando afirma, como fez ao jornal Público de 19.8.2007, que foram criados 60.000 postos de trabalho nos últimos 3 anos, por um lado, não fala verdade (segundo o INE, entre o 2ºT2005 e o 2T2007 foram criados apenas 22.600 postos de trabalho) e, por outro lado, “esquece” que este crescimento foi também conseguido à custa da substituição de emprego a tempo completo por emprego a tempo parcial. Para se poder ficar com uma ideia das consequências que está a ter esta alteração, basta lembrar que, de acordo com o INE, em 2006, o salário médio mensal no País era de 712 euros, no entanto, 10 % dos trabalhadores, ou seja, 389.500 recebiam menos 380 euros por mês; e, entre 2004 e 2006, apesar de remuneração média mensal ter aumentado de 670 euros para 712 euros, 20%, ou seja, 779.000, mantiveram um salário mensal inferior a 400 euros, portanto não aumentou.

A 2ª alteração importante que se está a verificar na estrutura do emprego em Portugal é a substituição de contratos sem termo por contratos a termo. Por ex., entre o 2º Trimestre de 2006 e o 2º Trimestre de 2007, o emprego permanente (sem termo) diminuiu em 77.600, e os contratos a prazo cresceram em 56.000 atingindo 673.800. Para além disso, a rubrica “Outros” contratos dos trabalhadores por conta de outrem que inclui, por ex., o emprego temporário, cresceu entre 2005/2006 em 5,1%, mas entre 2006 e 2007 o aumento já foi de 13%, alcançando 189.900.

A 3ª alteração importante que se está a verificar na estrutura do emprego em Portugal é a substituição de emprego mais qualificado por emprego menos qualificado. Assim, de acordo com os últimos dados divulgados pelo INE, entre o 2º Trimestre de 2005 e o 2º Trimestre de 2007, o emprego no grupo de profissões de “escolaridade e qualificação mais elevada” diminuiu em 115.900; no grupo de “escolaridade e qualificação média” aumentou em 59.700; e no grupo de “qualificação de banda estreita e escolaridade mais baixa” aumentou em 72.100. Esta evolução na estrutura do emprego, lança dúvidas sobre o tipo de alteração do perfil produtivo da economia portuguesa, tão apregoada pelo governo, e nomeadamente pelo seu ministro da Economia e pelo Banco de Portugal (veja-se Relatório de 2006), pois a questão que naturalmente se coloca é a seguinte: - Como é que é possível alterar o perfil da economia portuguesa para um de mais elevada tecnologia e valor acrescentado, substituindo emprego mais qualificado por emprego menos qualificado? E quando 119.400 desempregados têm o ensino secundário e superior?

Finalmente, um aspecto também preocupante da evolução da situação do emprego em Portugal é o crescimento continuado e persistente do desemprego desde a tomada de posse do governo de Sócrates, apesar do compromisso eleitoral da criação líquida de 150.000 postos de trabalho : No 2º Trimestre de 2007, o desemprego oficial atingiu 440.500 portugueses quando no 2º Trimestre de 2005, eram 399.500; e o desemprego corrigido alcançou, no 2ºT2007, 588.900 quando no 2º Trimestre de 2005, era de 539.600. No 2º Trimestre de 2007, a taxa de desemprego oficial era de 7,9% quando, no 2º Trimestre de 2005, era de 7,2%; e a taxa de desemprego corrigido atingiu 10,5% no 2º Trimestre de 2007 quando, no 2º Trimestre de 2005, era de 9,8%. E 49% deste desemprego já tem mais de uma ano de duração, é de longa duração.

Não é só o desemprego que continua a crescer em Portugal. Também a nível do emprego estão-se a verificar alterações qualitativas importantes, com efeitos graves na estabilidade e na qualidade do emprego, que ainda não foram analisadas com a necessária profundidade e de uma forma global.

Se analisarmos a evolução da estrutura do emprego em Portugal nos três anos a contar desde a tomada de posse do governo de Sócrates, conclui-se que o emprego a tempo parcial com salário reduzido, os contratos a prazo e o emprego menos qualificado estão a aumentar, enquanto o emprego permanente, o a tempo completo e o mais qualificado estão a diminuir. E estas tendências negativas acentuaram de uma forma muito clara no último ano (2º Trimestre de 2006 / 2º Trimestre 2007).

CONTRATOS A TEMPO PARCIAL COM SALÁRIO REDUZIDO E CONTRATOS A PRAZO AUMENTARAM MUITO, ENQUANTO OS CONTRATOS A TEMPO COMPLETO E SEM TERMO DIMINUÍRAM

Para analisar a evolução que se tem verificado na estrutura de emprego em Portugal vão-se utilizar os dados oficiais do emprego divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Por isso interessa saber o que o INE considera como empregado, pois debaixo deste conceito escondem-se situações muito diferenciadas.

Assim, para o INE empregado é todo “o indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência (em que foi feito o inquérito), se encontrava numa das seguintes situações (portanto, bastava satisfazer apenas uma condição, não exigindo que satisfizesse simultaneamente todas as condições). (a) Tivesse efectuado um trabalho de pelo menos uma hora mediante o pagamento de uma remuneração ou ganho familiar em dinheiro ou géneros; (b) Ter um emprego, mas não estando ao serviço, portanto bastava uma ligação formal com o emprego; (c) Ter uma empresa mas não estar temporariamente ao trabalho; (d) Estar em situação de pré-reforma mas a trabalhar no período em que foi feito o inquérito” (CONCEITOS – págs. 34 e seguintes - Estatística do Emprego -INE). Portanto, basta trabalhar apenas uma hora e receber uma remuneração ou ser pago em espécie no período em que foi feito o inquérito, por ex., para que o INE considere um indivíduo nesta situação como estando empregado, e ser incluído nos valores oficiais do emprego).

Tendo presente esta definição do INE sobre o que considera como empregado, torna-se já mais fácil compreender o verdadeiro significado dos dados divulgados por este instituto que constam do quadro seguinte.

QUADRO I – Variação da estrutura do emprego em Portugal entre o 2º Trimestre .2005 e o 2º Trimestre de 2007

DESIGNAÇÃO	2º TRIMESTRE - Mil			VARIACÃO - Mil		VARIACÃO EM %		2º Trim.2007 % do Emprego
	2005	2006	2007	2006-2005	2007-2006	2006-05	2007-06	
POPULAÇÃO EMPREGADA	5.132,0	5.180,6	5.154,6	48,6	-26,0	0,9%	-0,5%	100,0%
A tempo completo	4.541,6	4.591,5	4.524,4	49,9	-67,1	1,1%	-1,5%	87,8%
A tempo parcial	590,4	589,4	618,1	-1,0	28,7	-0,2%	4,9%	12,0%
TRABALHADORES POR CONTA DE OUTRÉM	3.813,3	3.895,1	3.895,3	81,8	0,2	2,1%	0,0%	75,6%
A tempo completo	3.601,4	3.695,8	3.667,6	94,4	-28,2	2,6%	-0,8%	71,2%
A tempo parcial	211,9	199,3	227,7	-12,6	28,4	-5,9%	14,2%	4,4%
Com contrato sem termo	3.071,5	3.109,1	3.031,5	37,6	-77,6	1,2%	-2,5%	58,8%
Com contrato a prazo	581,9	617,8	673,8	35,9	56,0	6,2%	9,1%	13,1%
Outros (.trabalho temporário)	159,9	168,1	189,9	8,2	21,8	5,1%	13,0%	3,7%
TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA (Isolados)	910,4	909,1	896,3	-1,3	-12,8	-0,1%	-1,4%	17,4%

FONTE. Estatísticas do Emprego - 2º Trimestres de 2006 e 2007 – INE

Como revelam os dados do quadro registou-se no último ano (2006/2007) uma alteração sensível na evolução da estrutura do emprego em Portugal relativamente ao ano anterior (2005/2006).

Assim, enquanto no 1º ano (2005 /2006) o emprego aumentou, embora pouco (+0,9%), no 2º ano (2006/2007) já se verificou uma tendência inversa pois o emprego diminuiu, embora também pouco (-0,5%). No entanto, esta simples comparação não é suficiente para uma avaliação correcta das mudanças que se estão a verificar neste domínio, e relativamente às quais interessa chamar a atenção.

Um emprego a tempo parcial não corresponde a um emprego a tempo completo. Para se obter a mesma remuneração de um emprego a tempo completo são, em média, necessários dois empregos a tempo parcial, por isso o aumento em 28.700 do emprego a tempo parcial, verificado no período 2006/2007 corresponderá a cerca de 14.350 a tempo completo, o que determina uma redução de 14.350 empregos e, conseqüentemente, a perda efectiva de empregos, entre o 2ºT2006 e o 2ºT2007, não foi apenas 67.100, como foi divulgado pelo INE, mas sim a 81.450 (67.100 + 14.350).

Idêntica conclusão se tira em relação aos trabalhadores por conta de outrem, relativamente à diminuição em 28.200 do emprego a tempo completo e do aumento em 28.400 a tempo parcial. A compensação é ilusória, já que os 28.400 empregos a tempo parcial devem corresponder a cerca de 14.200 a tempo completo, o que determina que, no último ano, se reduzirmos o emprego a tempo completo e a tempo parcial à mesma base – emprego a tempo completo – se tenha verificado uma diminuição de 14.200 postos de trabalho a tempo completo.

Em resumo, no último ano (2006-2007) verificou-se em Portugal uma acentuada substituição de emprego a tempo completo por emprego a tempo parcial com salário naturalmente mais reduzido, portanto diferente do registado em 2005/2006 (neste ano até se verificou o contrário como revelam os dados do quadro), determinado certamente pelo facto de um número crescente de trabalhadores não conseguir arranjar emprego a tempo completo. E embora a nível formal de números de emprego possa não se verificar uma redução muito grande, a realidade é diferente já que esses números do próprio INE, devido àquela substituição, não traduzem a mesma realidade, pois correspondem a um número menor de empregos a tempo completo.

Mas não é apenas neste campo que se estão a verificar alterações sensíveis na estrutura do emprego em Portugal. Também outra face da precariedade está-se a acentuar em Portugal. Assim, no período que vai do 2º Trim.2006/2º Trim.2007, os contratos de trabalho sem termo, ou seja, permanentes diminuíram em 77.600, e os contratos a prazo aumentaram em 56.000, quando no ano anterior (2005/2006), os contratos permanentes até tinham aumentado em 37.600, e os contratos a prazo tinham crescido em 35.900, ou seja, menos 36%. Assim, entre 2006 e 2007, os trabalhadores com contrato sem termo diminuíram em -2,5%, e os contratados a prazo cresceram 9,1%. Crescimento ainda mais elevado verificou-se na rubrica “Outros” dos “trabalhadores por conta de outrem”, que inclui o emprego temporário que, segundo a própria associação patronal, já atinge mais de 100.000 trabalhadores, e que teve um crescimento de 5,1% entre 2005/2006, e de 13% entre 2006/2007.

Como consequência de todas estas alterações a nível de estrutura do emprego, no 2º Trimestre de 2007, em relação ao emprego total, 4,9% era já a tempo parcial com salário reduzido; 13,1% eram contratados a prazo; 3,7% constituíam o grupo de “outros”, e 17,4% eram os chamados “recibos verdes”, muitos deles trabalhadores por conta de outrem de facto. Se somarmos todas estas percentagens, obtém-se uma percentagem total de 39,1%, o que é já muito elevada, embora devido a duplicações (ex. tempo parcial/contratados a prazo) possa ser um pouco mais baixa, mas que revela uma realidade cujas consequências ainda não foram suficientemente estudadas e que são sistematicamente ignoradas pelo poder económico e político nas suas declaradas intenções de pretender desregular ainda mais as relações laborais.

O EMPREGO MAIS QUALIFICADO DIMINUIU E O EMPREGO MENOS QUALIFICADO AUMENTOU

Outro aspecto preocupante da evolução do emprego em Portugal nos últimos três anos, é precisamente a redução do emprego mais qualificado, que tem sido substituído pelo aumento do emprego menos qualificado como revelam os dados do INE constantes do quadro seguinte.

QUADRO II – Variação do emprego das profissões mais e menos qualificadas em Portugal entre o 2º Trim.2005-2º Trim.2007

GRUPOS PROFISSIONAIS	2º Trim. 2005	2º Trim. 2006	2º Trim. 2007	2Tº2006 - 2Tº2005	2ºT2007 - 2ºT2006	2ºT2007- 2ºT2005
	MILHARES					
Quadros superiores e dirigentes Ad.Pub e empresas	494,8	409,0	360,7	-85,8	-48,3	-134,1
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	433,2	447,1	435,7	13,9	-11,4	2,5
Técnicos e profissionais de nível intermédio	435,5	459,8	451,2	24,3	-8,6	15,7
QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE ELEVADA	1.363,5	1.315,9	1.247,6	-47,6	-68,3	-115,9
Pessoal administrativo e similares	508,7	490,0	490,4	-18,7	0,4	-18,3
Pessoal dos serviços e vendedores	680,6	741,9	758,6	61,3	16,7	78,0
QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE MÉDIA	1.189,3	1.231,9	1.249,0	42,6	17,1	59,7
Agricultores e trabalhadores qualif. Agricultura, pescas	559,7	567,9	562,4	8,2	-5,5	2,7
Operários, artífices e trabalhadores e similares	940,3	1.021,2	1.003,6	80,9	-17,6	63,3
Operadores de instalações, máquinas e trab. Montagem	415,8	413,3	406,8	-2,5	-6,5	-9,0
Trabalhadores não qualificados	636,5	600,6	651,6	-35,9	51,0	15,1
QUALIFICAÇÃO DE BANDA ESTREITA E DE ESCOLARIDADE MAIS BAIXA	2.552,3	2.603,0	2.624,4	50,7	21,4	72,1
TOTAL (*)	5.105,1	5.150,8	5.121,0	45,7	-29,8	15,9

FONTE. Estatísticas do Emprego – 2º Trimestres de 2006 e 2007 – INE ; (*) Não inclui os efectivos das forças armadas

Agrupamos os dados do emprego por profissões do INE, que são indicativos do nível de escolaridade e de qualificação, em três grandes grupos que deverão corresponder, na sua maioria, a níveis de qualificação e escolaridade diferentes, a saber: 1º Grupo – “Qualificação e escolaridade mais elevada em que incluímos os quadros superiores, os especialistas das profissões intelectuais e científicas e os técnicos e profissionais de nível intermédio; 2º Grupo, a que chamamos de “Qualificação e escolaridade média”, que abrange o pessoal administrativo e similares bem como o pessoal de serviço e vendedores; e finalmente um 3º Grupo , que designamos por “Qualificação de banda estreita e de escolaridade mais baixa”, onde incluímos a restantes profissões (agricultores, e trabalhadores da agricultura e pescas, operários, operadores de máquinas e trabalhadores não qualificados).

As conclusões que se tiram desse agrupamento são fundamentalmente as seguintes, como revelam os dados do quadro anterior. Nos últimos 3 anos – 2ºTrim.2005/2ºTrim.2007- verificou-se uma diminuição contínua e significativa no 1º grupo (115.900 empregos destruídos) que é o de qualificação e escolaridade mais elevada; um crescimento moderado no 2º grupo, que é o de qualificação e escolaridade média (+ 59.700 postos de trabalho); e um aumento mais elevado no último grupo, que é o de “qualificação de banda estreita e de escolaridade mais baixa (72.100)”. Portanto, e de uma forma sintética, pode-se dizer que se verificou um aumento do emprego menos qualificado e destruição significativa do emprego de qualificação e de escolaridade mais elevada.

Em resumo, as conclusões anteriores a que se chegam com base nos dados oficiais do INE sobre o emprego por profissões, que são os que se dispõem sobre esta realidade, não deixam de ser preocupantes, e lançam dúvidas sobre o tipo de alteração do perfil produtivo da economia portuguesa, tão apregoada pelo governo, e nomeadamente pelo seu ministro da Economia e pelo Banco de Portugal (veja-se Relatório de 2006), pois a questão que naturalmente se coloca é a seguinte: - Como é que é possível alterar o perfil da economia portuguesa para um de mais elevada tecnologia e valor acrescentado, substituindo emprego mais qualificado por emprego menos qualificado?.

O DESEMPREGO CONTINUA A CRESCER E ATINGE JÁ 588.900 PORTUGUESES

Os dados sobre o desemprego divulgados pelo INE referentes ao 2º Trimestre de 2007, que constam do quadro seguinte, revelam que o desemprego continua a crescer de uma forma consistente em Portugal.

QUADRO III – Variação do desemprego no período 2ºTrimestre 2005/2ºTrimestre 2007

DESIGNAÇÃO	2º TRIMESTRE			VARIACÃO – 2007/2005	
	2005	2006	2007	Mil	%
1-ACTIVOS – Mil	5.531,3	5.586,4	5.595,2	63,9	1,2%
2-DESEMPREGO OFICIAL – Mil	399,3	405,6	440,5	41,2	10,3%
3-Inactivos Disponíveis - Mil	75,9	83,8	80,3	4,4	5,8%
4- Subemprego visível – Mil	64,4	62,6	68,1	3,7	5,7%
5-DESEMPREGO CORRIGIDO - Mil = (2+3+4)	539,6	552	588,9	49,3	9,1%
6-TAXA OFICIAL DE DESEMPREGO = (2 : 1)	7,2%	7,3%	7,9%		+ 0,7 pp
7-TAXA CORRIGIDA DE DESEMPREGO = (5: 1)	9,8%	9,9%	10,5%		+ 0,7 pp

FONTE. Estatísticas do Emprego - 2º Trimestres de 2006 e 2007 – INE

Desde 2005, ano de tomada de posse do governo de Sócrates, e apesar do compromisso eleitoral da criação líquida de 150.000 postos de trabalho, o desemprego tem aumentado de uma forma contínua, quer se considere o chamado emprego oficial , que inclui apenas uma parte do desemprego total (+41.200 desempregados), quer se considere o desemprego corrigido que, por incluir os “inactivos disponíveis” e o “subemprego visível”, que são também desempregados de facto embora não constem dos números oficiais de desemprego do INE, está por isso, mais próximo de desemprego real (+49.300 desempregados)

Como consequência, no 2º Trimestre de 2007, o desemprego oficial atingiu 440.500 portugueses quando no 2º Trimestre de 2005 eram 399.300, e o desemprego corrigido alcançou, em 2007, 588.900, quando no 2º Trimestre de 2005 eram 539.600. E, no 2º Trimestre de 2007, a taxa de desemprego oficial alcançou 7,9% e a de desemprego corrigido atingiu 10,5% quando, no 2º Trimestre de 2005, eram, respectivamente, 7,2% e 9,8%..

Eugénio Rosa
Economista
edr@mail.telepac.pt , Tel. 917 576 313
 20.8.2007